



ATA N.º 10/2022

1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2022
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE SETEMBRO DE 2022

-----No dia 26 de setembro de 2022, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Designação de representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento [alínea b) do n.º 1 do Artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto];*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI a cobrar em 2023;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de fixação do percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar em 2023;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de lançamento de Derrama em 2022 a cobrar em 2023;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS em 2023;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da Proposta de atribuição de condecorações 2022 - Medalhas de Mérito Municipal.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 37 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente de Freguesia São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)



Fl. 123v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1ª Secretária)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel Freire de Oliveira
LCF	Amélia da Conceição Ferreira Paiva
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----**RENÚNCIA AO MANDATO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	SITUAÇÃO
LCF	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima	Renunciou ao Mandato no dia 5/09/2022.



LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	Substituí a Sra. Maria Filomena Sena, passando a ser Membro
-----	----------------------------------	---

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	Sessão	José Joaquim Pacheco dos Reis
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	Sessão	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	Sessão	Amélia da Conceição Ferreira Paiva

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:

-----O Sr. Joaquim Negrão refere que no largo de S. João na Praia da Luz tinha havido um orçamento de duzentos mil euros e até ao momento nada foi feito lembrando que não se encontra sozinho naquela situação e que se encontra nessa situação há mais de cinquenta anos.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, Maria Joaquina Matos (PS), referiu que o assunto iria ser remetido para a Câmara Municipal.-----

-----O Sr. António Santos referiu que a Polícia Municipal observou que o restaurante ocupava o passeio inteiro com a esplanada. Mencionou também que, na rua do cinema, existem bares que ocupam toda a calçada com suas esplanadas. Além disso,



Fl. 124v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

destacou que seria necessária uma limpeza na janela manuelina.-----

-----LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que o Grupo Municipal da CDU estranhou que na correspondência recebida não venha a resposta aos dezasseis requerimentos por parte da Câmara Municipal de Lagos.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 339/2022 a 439/2022, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 461/2022 a 582/2022, inclusive.-----

-----INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal Singular do CHEGA: “Lagos tem o privilégio de ter um espólio museológico de invejar. O agora readaptado museu municipal Dr. José Formosinho, em rede com restantes equipamentos da cidade tem todo o potencial para ser uma referência internacional. A par de todo o património, edificado e imaterial, o Partido CHEGA entende que a história, a identidade e a cultura lacobrigense estará bem concentrada e refletida nos equipamentos museológicos, tanto os já disponíveis como outros futuros que desejamos que venham a ser instalados. No entanto, o concelho de Lagos continua com muitos residentes e visitantes regulares que não conhecem os nossos equipamentos atuais, tal é a falta de visibilidade, sinalética e informação/condicionalismos à visita, que carece de melhoramentos. Assim, com vista a: Atrair novos visitantes e operadores; Obter ganhos de eficiência com gestão dos visitantes e maximização do tempo; Libertar o museu de encargos relacionados com emissão e controlo de bilheteira; E a potenciar maior foco nas vendas na loja de souvenirs; O Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de setembro de 2022, delibere: 1 - Propor à Câmara Municipal que invista na identidade lacobrigense tornando universalmente gratuita a visita à rede de equipamentos museológicos municipais fora dos períodos de época turística alta. 2 - Recomendar à Câmara Municipal que considere melhorar a capacidade e organização da visita dos nossos equipamentos museológicos e reforçar o investimento na imagem e promoção. 3 - Recomendar à Câmara Municipal que restaure a independência da visita da Igreja de Santo António, deixando de obrigar os interessados neste monumento a percorrer as restantes salas. 4 - Dar conhecimento da presente deliberação ao Museu Dr. José Formosinho e aos órgãos de comunicação social local e regional.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) refere que o museu foi restaurado e que a sua expansão está a ser feita no antigo edifício da Polícia de Segurança Pública indicando o sentido de voto.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta, tendo-se verificado o seguinte resultado:



	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	2	1	0	6
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	0	2	0	0	0	18

-----**DELIBERAÇÃO N.º 133/AM/2022:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal Singular do CHEGA: “O troço de Estrada Municipal 534 conhecida como Estrada da Meia Praia foi recentemente alvo de uma intervenção profunda, representando um substancial melhoramento das condições de trânsito e de enquadramento estético. Consideramos que o nome “Estrada” não se coaduna com a imagem moderna que Lagos quer projetar nesta artéria requalificada e que dá acesso não só aos resorts de alta qualidade que se localizam na zona da Meia Praia, como à própria praia. O Partido CHEGA entende ainda ser da máxima utilidade promocional apostar na imagem da nossa baía, tão lacobrigense e tão fundamental para atrair turismo e investimento à nossa cidade. E mais maximizando o potencial de influenciar futuras classificações patrimoniais mundiais. Assim, a Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de setembro de 2022, delibera: 1 - Propor à Câmara Municipal que remeta para a Comissão Municipal de Toponímia a Proposta de renomear a conhecida Estrada da Meia Praia como “Avenida Baía de Lagos”, enriquecendo uma identidade marítima lacobrigense. 2 - Recomendar que este ato seja acompanhado de devidas cerimónias condignas, mais servindo como oportunidade para dinamizar a imagem de Lagos e ressaltar a importância da nossa Baía. 3 - Dar conhecimento da presente deliberação à Comissão Municipal de Toponímia, à Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, à Junta de Freguesia de Odiáxere, aos resorts turísticos instalados na área e à comunicação social local e regional.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) informou que, no seu Grupo Municipal da LCF, tratando-se de uma proposta fechada, e dado que estamos numa Assembleia, deveria ser um debate de ideias, indicando também o sentido de voto.-----

-----O Sr. Joaquim Russo (PS) referiu que a toponímia deve ser enviada para o gabinete responsável da Câmara Municipal de Lagos, propondo a alteração da proposta no grupo, indicando o sentido de voto.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que não têm nada a opor, caso haja uma redinamização no gabinete de toponímia, incluindo esta proposta.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) indicou o sentido de voto, mencionando que, na Assembleia Municipal, foi aprovada a alteração do nome de um beco, mas que, em questões de alteração em GPS, isso se torna muito complicado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, para o Grupo Municipal da CDU, será sempre a estrada da Meia Praia, não fazendo sentido esta moção.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação a Proposta, tendo-se verificado o seguinte o seguinte resultado:



Fl. 125v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	0	0	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	0	0	2

-----**DELIBERAÇÃO N.º 134/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA.-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: “Tendo como objetivo incentivar a produção agrícola, como forma de combater o abandono das terras e promover o desenvolvimento económico da agricultura e do mundo rural local, o partido CHEGA entende ser da máxima utilidade a criação de um canal dedicado aos agentes do mundo rural local ou interessados em investir em atividades rurais no nosso concelho. O desenvolvimento social e económico não tem de ser monopólio das zonas urbanas. E por isso o partido CHEGA entende que um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Rural devidamente apetrechado potenciará particularmente as freguesias rurais do concelho, dando-lhes um mais merecido destaque, facilitando a colaboração associativa e o acesso a formação variada, a financiamentos comunitários e a um melhor conhecimento in loco sobre viabilidade agrícola e processos de licenciamento. Este Gabinete pode ainda participar na dinamização dos eventos, feiras e mercados bem como estudar e agilizar os sistemas de escoamento dos produtos. Recomenda-se que o mesmo esteja sediado próximo dos agentes rurais que visa servir, sugerindo-se desde logo a Vila de Bensafrim, como centro equidistante do nosso território rural. Assim, o Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de setembro de 2022, delibere: 1 - Propor à Câmara Municipal que crie um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Rural por forma potenciar as nossas atividades rurais apoiando quer os atores do nosso mundo rural como estimular o investimento externo. 2 - Dar conhecimento da presente deliberação à Junta de união de freguesias de Bensafrim e de Barão de São João, Junta de Freguesia de Odiáxere, à Junta de Freguesia da Luz, e ainda à comunicação social local e regional.”-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e de Barão de São João, Duarte Rio (PS) informa que este desenvolvimento viria a descredibilizar a associação vicentina com reconhecida competência nas zonas rurais intervindo junto das populações e empresas.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) informou que a proposta visa a criação de um gabinete municipal, para que se possa representar essa associação em outras entidades.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta, tendo-se verificado o seguinte o seguinte resultado:



	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	2	1	0	6
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	1	3
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	0	16

-----**DELIBERAÇÃO N.º 135/AM/2022:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA.-----

-----Foi apresentado a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal do PSD: “A CCDR Algarve é a entidade responsável pela gestão da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve, a qual é ATUALMENTE, constituída por 4 estações de monitorização da qualidade do ar. As estações da qualidade do ar, estão equipadas com analisadores automáticos que monitorizam em contínuo e em tempo real a concentração dos principais poluentes atmosféricos. Os dados são recolhidos para um sistema de software que permite a sua visualização e acesso remotamente, sendo encaminhados para a Base de Dados On-Line da Qualidade do Ar-QUALAR, sistema que é gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, a qual disponibiliza diariamente, em conjunto com as CCDR, a informação sobre a qualidade do ar, na forma de índice da qualidade do ar, através do endereço qualar.apambiente.pt. Lagos dadas as suas características de superconcentração urbana e sazonalidade turística tende a desenvolver fenómenos localizados de desvalorização ambiental. Assim a melhor forma de proteger e desenvolver políticas tendentes à melhoria ambiental local é possuímos dados concretos sob a evolução de dados, neste caso, relativos à qualidade do ar. Neste sentido propomos à Câmara Municipal de Lagos que desenvolva os necessários procedimentos tendentes à adesão de Lagos ao sistema de monitorização da qualidade do ar, junto da CCDR Algarve, com vista à instalação de uma estação da rede de monitorização da qualidade do ar tipo Urbana de Fundo.”-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 136/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta: “O Serviço Nacional de Saúde é um dos pilares do contrato social entre o estado e as suas populações. Nos últimos anos temos vindo a assistir a uma degradação continua do mesmo. O estado as suas decisões e opções são fundamentais para o sucesso ou insucesso das políticas de saúde, contudo consideramos que as autarquias e os cidadãos podem e devem ser elementos essenciais para o sucesso da saúde no país, na região e no nosso concelho. Nesse sentido consideramos ser um dever e um direito de todos e cada um de nós apoiar de forma ativa uma melhor capacidade de resposta da saúde. Uma forma de nos colocarmos ao serviço de uma melhor saúde para todos é tornarmo-nos cada um de nós num “agente de saúde pública”. E a melhor forma de participarmos neste processo de defesa da saúde de todos nós é através de dádivas de sangue que poderão ser iniciativas desenvolvidas



Fl. 126v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

pela CML em parceria com o Instituto Português do Sangue, ARS Algarve e CHUA e diversas associações concelhias, no contexto do projeto Saúde e Solidariedade. As Dádivas são bom exemplo da Cidadania participativa, as quais poderão a título de exemplo reverter em acessos gratuitos a equipamentos ou eventos da Autarquia, a isenções ou reduções, a prioridade em processos de festas ou deslocações de origem municipal, em dias de folga para trabalhadores municipais dadores, etc. Nesse sentido, nós os eleitos do PSD Lagos na Assembleia Municipal de Lagos propomos a criação de um projeto com uma calendarização anual com diversas sessões de colheitas de sangue por ano no concelho de Lagos, nos termos e condições que os serviços técnicos municipais e entidades terceiras considerem adequadas, valorizando sempre a cidadania participativa.”-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) informou que concordam mas que já existe uma parceria regular entre a Associação de dadores de sangue do Barlavento Algarvio, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos e que tudo o que possa ser feito sobre este assunto contaria com o apoio do Grupo Municipal do PS apesar de não competir aos serviços municipais.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que a calendarização deve ser feita pelas autoridades de saúde e deveria ter o apoio da Câmara Municipal e que discordam do ponto sobre as isenções, acessos gratuitos, prioridades em festas uma vez que é um ato de cidadania informando o sentido de voto.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que a Câmara Municipal deve apoiar as iniciativas para que se possa dar resposta às necessidades, referiu ainda que não estão de acordo com prémios ou dádivas aos dadores e que os programas e as calendarizações não são de competência da Câmara Municipal informando o seu sentido de voto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que é uma competência do Instituto do Sangue e que as recolhas deverão ser retomadas e que os mesmos deverão ter o apoio da Câmara Municipal de Lagos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que na Câmara Municipal é feito com base no que se passa em Cascais tendo recebido vários prémios convidando a leitura da proposta apresentada.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	0	2	0	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	1	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 137/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal do PSD: “Está em curso o Projeto de Reabilitação e Recuperação do Cordão Dunar da Meia Praia” que visa prevenir e gerir os riscos costeiros associados à instabilidade dunar daquele território, prevendo a recuperação e o



reforço do cordão dunar. A decisão de avançar com esta solução decorre da constatação do estado de degradação do importante cordão dunar de 5 km de extensão, compreendido entre o sapal da Ria de Alvor e a Ribeira de Bensafrim, situação provocada não só pelo efeito das condições meteorológicas e naturais, mas também pela ação humana. O espaço irá igualmente dispor de um conjunto de passadiços ao longo da meia praia. Neste sentido o Grupo da Assembleia Municipal do PSD Lagos considera ser do interesse do município desenvolver uma exposição permanente fixa sobre o sistema dunar da meia praia, que deverá servir como ponto de partida para momentos de descoberta, levando os visitantes a explorarem e sentirem, através do percurso de passadiços, as dunas da Meia Praia e as suas especificidades. Neste passeio será possível observar plantas endémicas da região, com características especiais adaptadas ao sistema dunar. Estas espécies vivem em perfeita harmonia com insetos, répteis e aves, formando um ecossistema singular cuja sobrevivência depende do equilíbrio das dunas. O percurso poderá ser apoiado por painéis informativos e “flyers Digitais”, podendo eventualmente, haver guias de natureza do local (protocolo com associações e escolas locais), para um esclarecimento mais aprofundado. O SISTEMA DUNAR DA MEIA PRAIA localizado entre a ribeira de Bensafrim e a Ria de Alvor, banhado pela Baía de Lagos caracteriza-se pelo transporte de areia por um corredor eólico e ecossistema únicos. Por serem sistemas muito dinâmicos, os seus habitats naturais apresentam um delicado equilíbrio ecológico, seguindo um gradiente de solo pobre (areias) e condições climáticas adversas (ventos fortes carregados de sal). Embora frágeis, os cordões dunares mostram-se estruturas geológicas muito importantes, uma vez que assumem um papel de proteção dos terrenos interiores da subida do nível do mar. Como tal, as dunas da meia praia são um sistema ativo e extremamente instável devido à constante mobilização de partículas arenosas pelos ventos fortes. Pelo que é de extrema importância a continuação dos trabalhos de estabilização do solo e dinamização do coberto vegetal natural da região. Nestes termos, com vista educação e proteção ambiental e valorização dos passadiços da meia praia o Grupo da Assembleia do Partido Social Democrata Propõe à Câmara Municipal a criação de uma Exposição Permanente Fixa sobre o cordão Dunar da Meia Praia nos futuros passadiços a instalar com vista à interpretação deste elemento natural de Lagos e à proteção e preservação ambiental do mesmo.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou o sentido de voto e relembra que no texto é proposta para a Câmara Municipal e não para a Assembleia Municipal.-----

-----A Sra. Dina Cintra (PS) congratulou o Executivo da Câmara Municipal e que o Cordão Dunar se justifica pela proteção dos terrenos adjacentes e que também é importante no ecossistema e que deve ser retirado a espécie invasora estando de acordo com a presente proposta.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 138/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do



Fl. 127v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

PSD: “O novo estatuto do serviço nacional de saúde foi aprovado este ano pelo decreto lei 52/2022. O direito à proteção da saúde constitui, desde 1976, um direito fundamental constitucionalmente consagrado no âmbito dos direitos e deveres sociais que incumbe ao Estado assegurar, nomeadamente através da criação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), que foi aprovado pela Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, e que é uma das mais relevantes realizações da democracia portuguesa. Considerando que, ao longo dos últimos 40 anos, o SNS cresceu e ganhou a confiança dos portugueses e é a garantia do direito fundamental de todos os cidadãos à proteção da saúde, independentemente da condição social, da situação económica ou da localização geográfica de cada um, é da responsabilidade de todos os órgãos de Soberania Nacionais e Locais, promover este direito constitucional que deveria ser igual para todos os cidadãos. Infelizmente como temos vindo a vivenciar, todos nós temos a noção que tanto a saúde como outros direitos fundamentais tem uma maior ou menor dimensão, abrangência e mesmo qualidade conforme a localização geográfica. Este é um fato o qua é inegável, e tanto assim é que a nova legislação o reconhece de forma indireta na Secção III do diploma reservada aos Recursos Humanos do SNS, designadamente: “Artigo 20.º Fixação de profissionais de saúde em zonas geográficas carenciadas: 1 - O SNS recorre a incentivos financeiros e não financeiros como instrumento de estímulo à fixação de profissionais de saúde em zonas geográficas carenciadas para melhoria da equidade no acesso, designadamente ao aumento dos dias de férias, dos dias de formação, do tempo dedicado à investigação e à tele saúde e à flexibilização do regime de mobilidade. 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os estabelecimentos e serviços do SNS podem ainda celebrar protocolos com entidades públicas, privadas ou do setor social, em especial autarquias locais, para atribuição de outros incentivos, nomeadamente alojamento.” Neste sentido o Grupo Municipal do PSD Lagos, propõe à Câmara Municipal de Lagos o desenvolvimento de Protocolos com os Estabelecimentos e/ou Serviços do Serviço Nacional de Saúde (e Ordens Profissionais se possível) para fixação de profissionais de saúde (Diretiva | Profissionais de Saúde (min-saude.pt)) no concelho de Lagos, designadamente com a criação de apoios ao arrendamento, Casas de função e/ou outros mecanismos que se considerem adequados ao presente objetivo.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) considera que se deve apelar à falta de professores sendo necessário apoio através de protocolos com Alojamentos Locais para que se possa fazer a fixação dos professores, bem como dos médicos no Concelho indicando o seu sentido de voto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) refere que a proposta tem por base o Decreto-Lei 52/22, de 4 de Agosto, esclarecendo que a proposta se baseia no decreto do Serviço Nacional de Saúde e daí não poder colocar na proposta os professores.-----

-----O Sr. David Roque (BE) refere que seria fundamental ter uma rede de alojamento local alargado para que se possa ter alojamento para todas as profissões bem para como toda a população em geral e informou o sentido de voto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) concordou com o Membro da Assembleia Nuno Serafim, e que esta proposta deve ser alargada a mais áreas e que não há impedimento local para o fazer.-----



-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) refere que o Alojamento é o maior problema do Concelho sendo difícil trazer trabalhadores por falta de habitação. Lembrou que os lacobrigenses também deveriam ter acesso à habitação e não ser sectário e exclusivo para trabalhadores.-----

-----O Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) informou que a Autarquia já tinha alugado apartamentos a pedido do Serviço Nacional de Saúde e provavelmente e que este novo regulamento deveria incluir todos estes trabalhadores.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que esta proposta tem o objetivo de ter mais médicos sendo que só a Câmara Municipal tem os meios para criar as condições para atrair novos médicos.-----

-----O Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que os médicos são contratados pelo Sistema Nacional de Saúde e que a Câmara Municipal está sempre aberta a criar estas condições sempre que o SNS o solicite.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que já haviam sido realizadas Jornadas de Saúde, nas quais ainda ficaram muitos pontos por abordar. Foi informado que a Unidade de Saúde das Amendoeiras foi desativada temporariamente por várias razões, e que as unidades de saúde familiares são projetos baseados em grupos de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, destacando que há muito a ser feito nesse sentido.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	2	2	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 139/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-

-----O Grupo Municipal LCF fez a seguinte Declaração de Voto: “Esta proposta é parcial e deve ser alargada a outros profissionais em carência no setor público e que comprometem o bom funcionamento e garantia dos direitos consagrados na C.R.P., entre eles a saúde, educação, segurança, apelando a CML para a realização de protocolos com alojamentos locais tendentes a facilitar a fixação dos profissionais em falta.”-----

-----O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Mais uma vez estamos perante uma proposta populista e sectária, uma medida paliativa de tentar resolver um problema agravando outros. Tornar discriminatórios os apoios ao alojamento em Lagos para uma classe profissional específica não é solução para a falência habitacional, aliás por cada alojamento reservado ou apoiado para determinado grupo profissional significa um alojamento que fica fora do mercado para todos os outros que também precisam. Não cessaremos de acusar a Autarquia de ter falhado ao não criar quaisquer novos fogos acessíveis nos últimos



Fl. 128v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mandatos e de continuar a falhar na forma pouco ativa como aborda este problema. Cremos que muito mais poderia estar a ser feito e com mais resultados para desenvolver a habitação acessível em Lagos e seremos contra propostas sectárias, ineficazes e de cosmética populista, em prol de soluções globais, estruturantes e para todos.”-----

-----Foi apresentado a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal do PSD: “O Ano de 2022, está a revelar-se um desafio. Por um lado, tivemos o “fim” das restrições da Pandemia, mas por outro o aumento da inflação e subsequente aumento de Juros farão de 2023 um ano difícil tanto para as famílias como para as empresas. Tudo isto teve e terá como consequência o aumento substancial do preço dos bens de consumo, o aumento real do custo dos empréstimos, a perda real do poder de compra que a par com rutura das linhas de abastecimento a nível global, obrigam-nos a refletir sobre o papel do poder local na contenção dos efeitos económicos e sociais nas famílias e empresas locais. Nesse sentido consideramos essencial renovar no ano de 2023 o Programa de Apoio às Famílias e à Economia Local” - LAGOS APOIA, com as Isenções e reduções de taxas e tarifas, apoios na área da habitação, ação social, desporto, cultura, educação, solidariedade social, empresas, impostos e reforço das atividades de promoção. Igualmente será de manter e aumentar o apoio à faixa etária da população mais vulnerável, com o reforço do serviço de atendimento telefónico no Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa. Consideramos ainda que a Câmara Municipal (7 Vereadores) a Assembleia Municipal e Serviços técnicos da Câmara Municipal, no desempenho das suas funções e no desenvolvimento de ações no âmbito da democracia participativa e dos contributos da sociedade civil, deverão considerar para o ano de 2023 outras medidas para fazer face aos tempos que se avizinham. O Grupo Municipal da Assembleia Municipal de Lagos propõe à Câmara Municipal a Renovação para o ano de 2023 do Programa de Apoio às Famílias e à Economia Local - Lagos Apoia, bem como, caso assim considerem, a ponderação, estudo e discussão de contributos de todos os órgãos de poder local e da sociedade civil.”-----

-----A Sra. Manuela Duarte (PS) informou que dada a crise pandémica agravada pela inflação levou a que esteja a ser realizada uma adaptação ao programa para se adequar à realidade sugerindo uma alteração à sua redação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que é necessário que o programa seja avaliado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) informou que aceitam as sugestões do PS e da CDU.-

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 140/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “O Ano de 2022, está a revelar-se um desafio. Por um lado, tivemos o “fim” das restrições da Pandemia, mas por outro o aumento da inflação e subsequente aumento de Juros farão de 2023 um ano difícil tanto para as famílias como para as empresas. Tudo isto teve e terá como consequência o aumento substancial do preço dos bens de consumo, o aumento real do custo dos empréstimos, a perda real do poder de compra que a par com rutura das linhas de abastecimento a



nível global, obrigam-nos a refletir sobre o papel do poder local na contenção dos efeitos económicos e sociais nas famílias e empresas locais. Nesse sentido consideramos essencial renovar no ano de 2023 o Programa de Apoio às Famílias e à Economia Local” - LAGOS APOIA, com as Isenções e reduções de taxas e tarifas, apoios na área da habitação, ação social, desporto, cultura, educação, solidariedade social, empresas, impostos e reforço das atividades de promoção. Igualmente será de manter e aumentar o apoio à faixa etária da população mais vulnerável, com o reforço do serviço de atendimento telefónico no Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa. Consideramos ainda que a Câmara Municipal (7 Vereadores) a Assembleia Municipal e Serviços técnicos da Câmara Municipal, no desempenho das suas funções e no desenvolvimento de ações no âmbito da democracia participativa e dos contributos da sociedade civil, deverão considerar para o ano de 2023 outras medidas para fazer face aos tempos que se avizinham. O Grupo Municipal do PSD propõe à Câmara Municipal que avalie, para o ano de 2023, o Programa de Apoio às Famílias e à Economia Local - Lagos Apoia, bem como, caso assim considere, ponderar o estudo e discussão de contributos de todos os Órgãos de Poder Local e da sociedade civil.”-
-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção do Grupo Municipal do PSD: “O ano de 2022, foi um exemplo de tudo o que pode correr mal em termos de gestão da nossa costa e dos seus ativos. Tivemos o acesso ao porto e marina de Lagos condicionado nos primeiros 6 meses do ano, uma dragagem da Ribeira de Bensafrim com despejo de areias e materiais inadequados para a Meia Praia e por fim as obras da ETAR que não foram acompanhadas de um plano de gestão e tratamento dos detritos durante o período dos trabalhos. A par de tudo isto tivemos a Praia da Batata e agora a Praia da Dona Ana interditas pelas autoridades marítimas, tivemos igualmente eventos naturais que depositaram quantidades extraordinárias de limos na nossa costa sem que ainda hoje haja um plano de prevenção e gestão destes eventos a nível local. As praias violam os padrões de saúde pública, principalmente por causa de bactérias transportadas em esgoto bruto/Estações de tratamento, resíduos de animais e escoamento de águas pluviais que podem deixar as pessoas doentes. Muitas vezes, as vítimas não atribuem sua condição à exposição a água contaminada, pois podem não perceber que suas erupções cutâneas, gastroenterites virais, hepatites ou outras doenças foram causadas por nadar em águas poluídas. Enfim este ano ficou claro que para além da limpeza de alguns areais pouco ou nada temos no nosso concelho a nível da gestão dos nossos recursos balneares e naturais associados ao mar. Por outro lado, a nível nacional as políticas relacionadas com a gestão destes importantes ativos reduzem-se a intenções sem quaisquer medidas ou programas de natureza operacional com resultados efetivos na defesa deste território. O algarve e Lagos pela sua natureza turística têm determinadas áreas de conflito entre a qualidade ambiental e o turismo em massa que urge repensar, contudo o turismo como principal atividade económica destes territórios proporciona e impulsiona a tomada de medidas concretas na defesa das praias e da vida marinha locais. Portugal recebeu a conferencia dos Oceanos em 2022, contudo, se olharmos para a realidade, nada mudou. Este ano, contudo, teve lugar um importante momento que confere aos municípios uma nova capacidade de gestão



Fl. 129v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

destes territórios, tanto direta como indiretamente, a transferência de competências. Neste sentido consideramos urgente Lagos criar um conjunto de medidas/programas de defesa das nossas zonas balneares. Assim a nível local e a título de exemplo podemos defender e aprovar políticas para causar um impacto real na poluição das praias como o exemplo já assumido do limite de pesticidas e promoção da agricultura orgânica (viva o mercado) a nível local. Podemos no futuro promover políticas para o uso de pesticidas ecologicamente corretos, reduzir os resíduos da indústria (turística) e da manufatura e aumentar o financiamento para programas locais de monitorização e avaliação da qualidade da água para informar o público sobre possíveis riscos à saúde. Criar incentivos à criação e desenvolvimento da infraestrutura verde como controle do escoamento de águas pluviais, uso generalizado de pavimentos porosos, telhados verdes e parques de vegetação autóctone com baixo consumo de água, plantações à beira da estrada e barris de chuva são capazes de parar a chuva onde ela cai - deixando-a evaporar ou filtrar no solo - em vez de levar o escoamento para as águas costeiras. Estas medidas também podem ajudar a limpar o ar, reduzir doenças como a asma, economizar nos custos de aquecimento e arrefecimento de edificações e aumentar a resiliência económica local. A ação individual também pode ajudar bastante a reduzir a poluição das praias. As praias são para o público desfrutar, e também é nossa responsabilidade ajudar a mantê-las limpas. Existem passos diários fáceis que podem ser tomados para ajudar a reduzir a lixiviação de produtos químicos e materiais tóxicos, reduzir as emissões de carbono e proteger a vida marinha, como comer alimentos orgânicos para limitar a demanda por pesticidas, limpar sua casa com ingredientes naturais e evitar produtos químicos pesticidas nos jardins. Também podemos trabalhar juntos para minimizar o uso de plástico, designadamente a nível da restauração e bebidas como da hotelaria, para ajudar a salvar a vida selvagem marinha - e nossos oceanos. A criação de benefícios fiscais para quem assuma determinados compromissos é uma medida que tem tido efeitos positivos para a aplicação de políticas ambientais a nível do planeamento urbano. Nestes termos propomos à Câmara Municipal de Lagos que dê início aos necessários procedimentos para o desenvolvimento e Criação de um Programa Local Integrado de melhoramento da qualidade da água balnear.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que por vários motivos a qualidade balnear tem se vindo a degradar-se e que até ao momento a situação não tem sido resolvida.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação a Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 141/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Foi apresentado a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal da CDU: “Desde 1977, há 45 anos, que a CDU e o PCP intervêm, tanto nos órgãos municipais das autarquias do Concelho de Lagos como na Assembleia da República, exigindo a construção da variante da EN125, velha aspiração da população que permitiria retirar do interior da Vila do Odiáxere o trânsito da estrada. É desde há muito indiscutível a perigosidade para a população de



Odiáxere, provocada pelo intenso tráfego da estrada atravessando a Vila, pelo que é cada vez mais urgente a construção da variante da EN125. Essa necessidade é unanimemente reconhecida e foi a razão do projeto da variante já ter sido executado, aprovado por todas as entidades com intervenção, elaborado e posto em discussão pública o Estudo de Impacto Ambiental, feita a picotagem no terreno e iniciado o processo de expropriações. A crise de 2008 interrompeu este processo e continua por resolver o litígio assim provocado com a empresa Algarve Litoral então adjudicatária da obra de requalificação da EN125, em que estava incluída a variante de Odiáxere. De facto, na sessão de 28 de Outubro de 1977 da Assembleia Municipal de Lagos, foi aprovada por unanimidade a Proposta apresentada que se anexa vincando a necessidade da construção desta variante. Em Abril de 1982, a Junta de Freguesia de Odiáxere oficiou à Assembleia Municipal dando conhecimento da perigosidade da EN125 no Odiáxere, registando 17 acidentes com 5 mortos entre 1976 e 1981, justificando a urgência da construção da variante, em anexo. Novamente em Junho de 1982 a Junta de Freguesia informa a Assembleia Municipal da má-fé manifestada pela JAE nos infrutíferos contactos sobre a variante encetados pela Junta de Freguesia. Na reunião de Agosto de 1983 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto de protesto, apresentado pelo presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere pela forma como a JAE-Faro atendeu a Proposta enviada pela Comissão da Assembleia e da Junta de Freguesia para minimizar os perigos da EN125 no Odiáxere. Em Março de 1986 foi apresentada na reunião da Assembleia Municipal nova Proposta insistindo que é necessário o desvio da EN125 no Odiáxere. Em Abril de 1995 foi publicada no DR n.º 79 a Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o Plano Diretor Municipal de Lagos, PDM, no qual constava o traçado da futura Variante de Odiáxere. Em Dezembro de 1999 a Assembleia Municipal aprovou a Recomendação ao Ministro do Equipamento Social para que no Plano anual da JAE sejam tomadas as medidas para solução do problema da EN125 no Odiáxere. Em Junho de 2007 o presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere propõe na Assembleia Municipal que no Plano de Urbanização conste uma nova circular a sul da Vila de Odiáxere. Em Setembro de 2007 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o pedido de inclusão no Orçamento de Estado para 2008 a construção da Variante Sul à EN125 em Odiáxere. Em 03 de Dezembro de 2007 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um voto de protesto pela não inclusão da Variante de Odiáxere no Orçamento de Estado para 2008. Em Abril de 2008 a Assembleia Municipal aprovou um veemente protesto pela não inclusão da Variante da EN125 em Odiáxere na obra de Requalificação da EN125. Em 23 de Março de 2010 a Estradas de Portugal enviou à Câmara Municipal o projeto para a Variante de Odiáxere, solicitando pronuncia. Em 2 de Abril de 2010 a Câmara Municipal enviou à Junta de Freguesia de Odiáxere o pedido de pronuncia sobre o Estudo Prévio para a Variante de Odiáxere enviado pela EP Estradas de Portugal. Em 12 de Abril de 2010 a Câmara Municipal enviou à Junta de Freguesia de Odiáxere pedido de pronuncia sobre o projeto da Variante. Em 27 de Abril de 2010 a Câmara Municipal responde ao pedido de pronuncia sobre o projeto da Variante de Odiáxere, dando a preferência ao traçado da alternativa 3. Em Maio de 2011 a Estradas de Portugal



Fl. 130v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

apresentou o Estudo de Impacto Ambiental sobre o projeto da Variante. Em 10 de novembro de 2011 os eleitos da CDU na Assembleia Municipal apresentaram um requerimento solicitando informação sobre o traçado final da Variante. Em 16 de Novembro de 2011 a CCDR-Algarve solicita à Câmara Municipal parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental da Variante. Em 28 de Novembro de 2011 foi publicado no DR o Aviso do período de Consulta Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental da Variante. Em 20 de Dezembro de 2011 a Câmara Municipal emitiu parecer favorável ao Estudo de Impacto Ambiental da Variante. Em 04 de Outubro de 2012 a Estradas de Portugal comunicou que por alteração efetuado ao contrato de concessão à empresa Algarve Litoral, a Variante de Odiáxere foi retirada, entre outras, da obra de Requalificação da EN 125. Em 17 de Outubro de 2012 a Câmara Municipal aprovou por maioria uma Moção de repúdio pelo cancelamento da construção da Variante de Odiáxere. Em 26 de Outubro de 2012 é noticiado que o presidente da Câmara Municipal declarou que considera que a retirada da obra de construção da Variante de Odiáxere representa um corte cego e inconsequente. Em 27 de Dezembro de 2012 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um protesto de vivo repúdio pela retirada da obra de construção da Variante de Odiáxere. Em 26 de Junho de 2013 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projeto de Resolução recomendando ao Governo que sejam retomadas as obras de Requalificação da EN125, incluindo as Variantes do Concelho de Lagos, entre outras. Em Junho de 2013 a Câmara Municipal aprovou uma Moção de Repúdio em que reclamava também a continuação do processo da Variante de Odiáxere. Em Agosto de 2015 foi publicado no DR n.º 169 o Aviso n.º 9904 com a aprovação do Plano Diretor Municipal de Lagos, PDM, no qual constava o traçado da futura Variante de Odiáxere. Em 8 de Janeiro de 2016 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projeto de Resolução que foi aprovado e deu origem à Recomendação ao Governo incumbindo a Infraestruturas de Portugal da conclusão de todas as Variantes da EN 125, incluindo a do Odiáxere. Em 29 de Fevereiro de 2016 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma proposta exigindo a inclusão da Variante de Odiáxere nas obras de requalificação da EN 125. Em Novembro de 2016 a Assembleia Municipal aprovou uma proposta exigindo que o Governo cumpra a Recomendação da Assembleia da República de conclusão todas as obras de requalificação da EN125. Em 21 de Fevereiro de 2017 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma proposta exigindo a conclusão das obras de requalificação da EN 125 com a Variante de Odiáxere. Em Junho de 2017 A Assembleia Municipal aprovou uma proposta solicitando ao Governo a urgente concretização das Recomendações constantes da Resolução da AR n.º 61/2016. Em Fevereiro de 2018 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR o Projeto de Resolução n.º 1348/XII/3.º, recomendando ao Governo a rápida conclusão das obras na EN125, incluindo as Variantes. Em abril de 2019 a Assembleia Municipal aprovou uma proposta reivindicando do Governo a construção urgente da Variante de Odiáxere. Em janeiro de 2020 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR o Projeto de Resolução n.º 234/XIV/1.º recomendando ao Governo a rápida conclusão das obras na EN125, incluindo as Variantes. Em fevereiro de 2020 o Grupo



Parlamentar do PCP apresentou na AR a pergunta n.º 1105/XIV/1.º, inquirindo se o Governo está disponível para retomar as obras retiradas da empreitada inicial de requalificação da EN125, incluindo a Variante de Odiáxere, em anexo, em anexo. Em junho de 2020, o Governo respondeu que, estando o contrato em litígio judicial, não pode retomar quaisquer desses trabalhos sem se conhecer a resolução da situação contratual, em anexo. Em 17 de dezembro de 2021 a Assembleia de Freguesia De Odiáxere aprovou por unanimidade uma proposta intitulada “Continua a luta pela construção da variante à EN 125 em Odiáxere. Em 27 de dezembro de 2021 a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta intitulada «Pela Execução da Variante Sul da EN 125 Projetada para a Vila de Odiáxere – Suspensão da Cobrança de Portagens em Odiáxere e Mexilhoeira Grande». Recentemente foi do conhecimento público que as Infraestruturas de Portugal lançaram um concurso publico para a construção da Variante em Olhão e que faz parte do plano de investimentos do PRR para a Região. Sendo assim, mais uma vez fica de fora a construção da Variante do Odiáxere. Passados que são estes 45 anos de permanente intervenção e insistência junto de todos os níveis da governação, local, regional e nacional, continua a luta, pela construção da Variante à EN125 em Odiáxere, indispensável para se conseguir melhorar significativamente a qualidade de vida da população desta Vila e visto que os sucessivos Governos deixaram arrastar este caso com promessas não cumpridas, até à situação litigiosa em tribunal em que se encontra, o PCP e a CDU não deixam de cumprir o compromisso de continuar a luta pela solução do premente problema da construção da Variante da EN125 em Odiáxere. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Setembro de 2022 delibere: Manifestar o seu mais vivo protesto por mais uma vez ficar adiada a construção da variante de Odiáxere à EN 125. 1 - Exigir que a Câmara Municipal interceda junto do Governo e da CCDR Algarve a inclusão da construção da variante inserida no PRR. 2 - Dar conhecimento aos órgãos das freguesias do concelho solicitando o apoio a esta tomada de posição. 3 - Enviar esta deliberação ao Governo, ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares e à Comunicação Social.”-----

-----O Sr. Paulo Dias (CHEGA) lembrou que a última deliberação nesta Assembleia Municipal sobre este assunto reivindicava a suspensão dos pórticos durante a construção desta variante e informou que acompanhará sempre esta proposta.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS) referiu que é mais uma moção sobre esta matéria e que irão continuar a batalhar neste sentido.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 142/AM/2022:**

---**Aprovada**, por unanimidade, Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDU.-----

-----Foi apresentado a plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal da CDU: “Em 12 de Maio de 2022 o Grupo Municipal da CDU apresentou o requerimento 19/22 com assunto Novo Hospital Público de Lagos, que



Fl. 131v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

se transcreve: No ato de assinatura do Contrato de Cessão de Posição contratual entre o HPA e o CHUA no dia 25 de Janeiro de 2022, foi afirmado pela Presidente do Conselho de Administração do CHUA Dra. Ana Vargês Gomes, que «a equipa de saúde do Hospital de Lagos será reforçada, uma vez que teremos valências que, neste momento, aqui vão ser possíveis e que não tínhamos lá nas instalações antigas, nomeadamente 2 Blocos Operatórios. Mas vamos também reforçar a oferta a nível de consultas de especialidade, trazendo os profissionais para fazer essas consultas na proximidade. Isso implica que os utentes não terão de se deslocar a Portimão. Foi ainda referido que a Mudança será feita Gradualmente». Considerando o atrás referido e tendo em conta que os eleitos municipais são abordados com frequência com perguntas sobre a nova situação do Hospital de Lagos, o Grupo Municipal da CDU que seja solicitado ao Conselho de Administração do CHUA o seguinte: 1- Vão reforçar a equipa Hospitalar e em que áreas? 2- Que novas valências anunciadas vai ter o novo Hospital? 3- O que significa em concreto reforçar a oferta de consultas de especialidade, nomeadamente quais? 4- Qual a data prevista para o início do funcionamento em pleno do Hospital? 5- Para quando se prevê iniciar o funcionamento dos Blocos Operatórios? 6- Qual o destino a dar às antigas instalações do Hospital pelo CHUA? Considerando que passaram mais de 4 meses sobre o requerimento acima referido, sem resposta ou qualquer justificação da não resposta; Considerando ainda que neste espaço de tempo surgiram novas interrogações sobre o presente e o futuro do novo Hospital Terras do Infante em Lagos; Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de Setembro de 2022 delibere: 1- Incumbir a Presidente da Assembleia Municipal de Lagos de agendar uma reunião com o Conselho de Administração do CHUA a fim de tratar das questões acima referidas. 2- Que na reunião com o CHUA a Assembleia Municipal de Lagos se faça representar pela sua Comissão Permanente.”-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 143/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta do Grupo Municipal da CDU: Em 2022 comemoram-se os 80 anos sobre o nascimento de Adriano Correia de Oliveira e foram várias as iniciativas levadas a cabo neste âmbito (a título de exemplo, vide a série de seis episódios no blogue abrilabril.pt). No final de 2021, o Centro Artístico Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira lançou uma petição a ser dirigida ao Ministério da Cultura no sentido da classificação da obra do autor como Obra de Interesse Nacional, como explicado no texto da petição, que se transcreve: “Exmo. Ministro da Cultura: A obra de Adriano Correia de Oliveira é uma obra vasta, sendo uma das mais bonitas, ricas e representativas da música popular feita no século XX no nosso país. Ela tem as palavras que descrevem vivências, lutas e aspirações de um povo que vivia sob as nuvens negras do fascismo e os sons da esperança, da alegria e da resistência, do mesmo povo que por sonhar, resistir e lutar, começou a construir uma democracia que teve nos cantores de Abril a sua voz. Adriano cantou Abril como poucos e deixou um legado como ninguém. É



uma obra que se estende no território nacional e com dimensão internacional, que não tem a projeção devida e que lhe devia ser dada, principalmente pelo país que o viu nascer. A classificação da obra do Adriano seria um passo essencial para a valorização, consolidação e difusão do seu legado, levando a obra ao patamar que ela merece, sendo também um passo essencial para o seu conhecimento por parte das novas gerações. Tomando isto em consideração, os cidadãos abaixo assinados em conformidade com o artigo 25 da Lei número 107/2001, de 8 de Setembro, pedem a V. Ex.^a, a classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional.” Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de setembro de 2022 delibere: 1 - Expressar o seu apoio à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como Obra de Interesse Nacional, apelando à sua assinatura e divulgação; 2) Instar ao Governo e à Assembleia da República no mesmo sentido; 3) Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos referidos no ponto anterior, à comunicação social e à população, nomeadamente através da página eletrónica da AML e das redes sociais, divulgando o link da petição (Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como obra de interesse nacional: Petição Pública (peticaopublica.com), bem como da disponibilização da petição.”-----

-----A Sra. Maria João (PS) refere que foi um importante músico e que marcou a cultura e um músico de Abril fazendo hinos de resistência à Ditadura e que apelam à Paz e à Liberdade.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 144/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção da CDU: “O Hospital Central do Algarve é há mais de 20 anos um projeto continuamente adiado. Reconhecendo-se a importância deste projeto estruturante para toda a região, o que aliás está em consonância com o assumido pelos vários governos não se compreende por que ainda não avançou. Pretende-se com este equipamento dotar o algarve de uma resposta com elevado grau de competência para prestar cuidados de saúde de qualidade numa região de reconhecida atracção turística. Estando em causa a prestação de cuidados de saúde a uma vasta população, que no verão triplica, o Hospital Central do Algarve já devia ser uma realidade. Em 2005 respondendo a uma pergunta formulada pelo Deputado José Soeiro na AR sobre a construção do Hospital Central do Algarve, o Governo informou que «O Ministério da Saúde já comunicou que serão cumpridas as promessas eleitorais». O projeto percorre os governos do PSD e PS, e a 3 de maio de 2008 o governo PS anuncia o lançamento da obra para 2009, e a sua conclusão durante o ano de 2012. O pleno funcionamento estava reservado para 2013. Contudo, nada foi feito e ao contrário do que se perspetivava a obra não avançou. Em 2011, o governo PSD/CDS-PP voltava a afirmar o Hospital Central do Algarve como uma prioridade nacional, ao mesmo tempo que lhe negava o financiamento, sem nunca resolver esta contradição. Em maio de 2013, era criado do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), o que decorria



Fl. 132v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

apenas da fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, sem que daí viesse a resultar qualquer melhoria da prestação de cuidados de saúde à população. Em 2016, sob o governo PS, a construção do novo Hospital do Algarve não conhece quaisquer avanços, e deixa de ser uma obra prioritária. O governo limita-se a remeter o projeto para a legislatura seguinte. A 29 de junho de 2018, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução n.º 1638/XII/3ª – Pela célere construção do Hospital Central do Algarve, da autoria do PCP que daria origem à Resolução da Assembleia da República n.º 247/2018 - Recomenda ao Governo a construção célere do Hospital Central do Algarve para a melhoria dos cuidados de saúde públicos na região algarvia. O governo por seu lado, nada fez, ignorando assim a resolução da Assembleia da República. A 26 de novembro de 2021, a Assembleia da República aprovou o Projeto de Resolução n.º 1515/XIV/3ª., da autoria do PCP que deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 371/2021 de 28.12.2021. O PCP e a CDU têm acompanhado com muita preocupação a ausência ou insuficiência de respostas na prestação de cuidados de saúde na região do Algarve. Os contactos com a população e profissionais de saúde, e as incontáveis visitas que temos promovido com o objetivo de conhecer em detalhe as condições em que são prestados cuidados de saúde não deixam margem para dúvidas quanto à sua necessidade, tendo o PCP e a CDU intervindo sempre na procura de soluções. Ainda recentemente, foi proposto no âmbito do Orçamento do Estado para este ano, a transferência de verbas para a revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades para a construção do Novo Hospital Central do Algarve. Tal proposta viria a ser rejeitada. Se o Plano de Recuperação e Resiliência, que tem servido de propaganda ao governo, se destina a implementar um conjunto de reformas e de investimentos, verificamos que o Novo Hospital Central do Algarve não consta da componente reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Defendemos o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde universal em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia. A construção e gestão do Hospital Central do Algarve, num modelo integralmente público e provido dos profissionais necessários incorpora este entendimento. Nestes termos os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de setembro de 2022 delibere: Exigir o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º. 371/2021 de 28.12.2021 que recomendou ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a Construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão. Enviar esta deliberação para: Presidência da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo e Comunicação social.”-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação a Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 145/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: Considerando que no Concelho de Lagos o património edificado e arqueológico assume particular relevância



socio/cultural, quer como fator básico na formação da consciência identitária e da autoestima da população em geral, quer na sua função social e didática, criadora da memória coletiva e promotora da prática da cidadania. Considerando que o conhecimento e divulgação deste nosso património, quando devidamente preservado, reabilitado e colocado em condições de cumprir aquelas suas funções e prerrogativas, é decisivo para o seu papel informativo e educativo junto da população residente, turistas e visitantes interessados ou estudiosos; Considerando que é responsabilidade dos órgãos das autarquias locais a proteção, recuperação e valorização do seu património, e que são contributos essenciais para o cumprimento desta competência, quer a sua classificação como de interesse municipal, quer a proposta às entidades de tutela para classificações de grau superior, retirando-o assim dos perigos da vulnerabilidade perante agressões e oportunistas a que se encontra sujeito; Considerando que no Concelho de Lagos se verifica a existência de uma valiosa lista de relevante património edificado e arqueológico em situação de não classificado, em vias de classificação ou em estudo, e que no grau de interesse municipal se encontram apenas dois edifícios; Considerando que a Câmara Municipal de Lagos, no uso das suas competências, não pode ficar indiferente ou resumir-se à condição de mera espectadora perante esta realidade, e com o objetivo de melhor conhecer, estudar e contribuir para que o património cumpra as referidas funções na comunidade lacobrigense. Um dos casos significativos da falta de classificação é a Igreja de S. João Baptista em Barão de S. João que, segundo o Estudo Monográfico da Freguesia de Barão S. João Editado em 2005 da Autoria de José António de Jesus Martins refere que “A construção da Igreja remota ao Séc. XVI, pois a colocação existente no altar dá-nos essa indicação. O azul tipicamente seiscentista (finais do século XVII) patente na azulejaria Algarvia dá-nos essa indicação cronológica. No entanto este templo deve ser mais antigo, pois com a formação de Confrarias e Mordomias em Barão de S. João, temos conhecimento da sua igreja, mas não da sua datação. Este templo cristão de origem remota e que foi reconstruído em 1951. No interior da Igreja podemos visualizar um altar-mor onde se encontra a imagem de S. João Baptista (Padroeiro da Freguesia). Destacam-se alguns exemplares de talha dourada.” Perante esta situação não se compreende como passados tantos anos a Igreja de S. João Baptista em Barão de S. João não tenha ainda ido classificada como Património de Interesse Municipal, pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 26 de Setembro de 2022 delibere: Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: Proceda à abertura do processo de classificação da Igreja de S. João Batista em Barão de S. João como Património de Interesse Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 57.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 308/2009, de 23 de Outubro.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) informou do sentido de voto, lembrou que no ano transato foi apresentada uma Moção que foi aprovada por unanimidade mas, até ao momento, ainda nada foi feito pela Câmara Municipal de Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que há quarenta e cinco anos têm feito algumas propostas neste sentido para que a Câmara Municipal se sinta na necessidade de classificar o património municipal.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação a Moção.-----



Fl. 133v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO N.º 146/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto pelo Grupo Municipal LCF: “Classificação da igreja de S. João... DV - Existe muito mais património com condições para ser proposto para esta classificação. A moção de LcF votada por unanimidade em 26/04/2021 apelava à iniciativa da CML para proceder ao levantamento de todo o património em condições de ser classificado nestes termos no sentido de se desencadear os procedimentos institucionais para a respetiva oficialização. O Executivo nada fez neste para se atingir este objetivo.”-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, do Grupo Municipal da CDU a seguinte proposta de Recomendação: “A presente sessão desta Assembleia decorre numa altura em que se assiste a uma escalada exponencial do aumento do custo de vida. A inflação atingiu, em agosto, 6,9% (valor mais alto desde finais de 1992) e, se contabilizada entre esse mês e agosto de 2021, então aí o aumento foi de 9%. A medida recentemente aprovada pelo Governo de atribuir uma prestação única e isolada no valor de 125€ para trabalhadores que auferiram salários até 2.700€ não chega sequer para cobrir metade da perda do poder de compra do presente ano. As dificuldades dos trabalhadores e do povo, contrastam com os lucros que não param de crescer, desde ainda antes da epidemia da COVID-19. A título de exemplo, os lucros de algumas das maiores empresas a operar em Portugal, nos primeiros nove meses de 2021, em comparação com o ano de 2020 (em euros): Jerónimo Martins +324M, SONAE +158M, EDP +510M, Galp +327M, principais bancos +100M, NOS +30,5M, Altice Portugal +550,7M. Já no primeiro semestre do presente ano, os lucros dispararam: veja-se, por exemplo, que “Lucros do PSI dispararam 86% no segundo trimestre à boleia da inflação”, como noticia o jornal ECO (4-08-2022). Já em março deste ano o mesmo jornal noticiava que “Cotadas do PSI-20 pagam dividendos recorde. Entregam 71% dos lucros aos acionistas”. A guerra na Ucrânia e as sanções que a acompanham servem de pretexto – tal como a epidemia da COVID-19 o foi - para o grande capital continuar a especular, aumentando constantemente os seus lucros enquanto a maioria dos trabalhadores e do povo vê o custo de vida a aumentar, com as consequências que daí decorrem. É de registar que o próprio secretário-geral das Nações Unidas, no passado dia 3 de agosto, instou os governos a taxarem os lucros excessivos das petrolíferas, considerando “imoral que as empresas de petróleo e gás atinjam lucros incriveis através dos mais pobres, com custos maciços para o clima. Apelo a todos os governos que tributem estes excessos e apoiem os mais vulneráveis.” É urgente a denúncia e o combate à inflação, à especulação e ao modelo de baixos salários atualmente em vigor em Portugal, a Assembleia Municipal de Lagos não pode ficar indiferente e deve tomar uma posição clara sobre este flagelo, que acaba de colocar o nosso país na 8.ª posição na lista de países europeus com maior risco de pobreza ou exclusão social. Pelo que os eleitos da CDU propõem que a tetos máximos para a atualização de rendas; Dar conhecimento desta Deliberação à Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de setembro de 2022, delibere instar o Governo a tomar medidas urgentes para combater estes problemas, nomeadamente:



1 - Criar um imposto extraordinário sobre os lucros excessivos dos grupos económicos, de forma a distribuir a riqueza que em Portugal se produz de forma mais justa; 2 - Combater o aumento do custo de vida, aumentando os salários e pensões de forma a repor o poder de compra absorvido pela inflação; 3 - Fixar preços máximos de bens considerados essenciais, tais como eletricidade, gás ou combustíveis; 4 - Fixar comunicação social.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, Carlos Saúde (PS), referiu que a invasão russa da Ucrânia trouxe mais inflação e que confiam no Governo e acreditam que sejam tomadas as medidas necessárias para o combate à inflação de modo a dar apoio à economia.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) refere que existe um aumento do custo da energia e que a culpa não será das sanções por parte do ocidente à Rússia e informou o sentido de voto.-----

-----O Sr. 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, José Jácome (PS), referiu que o custo de vida subiu devido à Guerra na Ucrânia com o objetivo de destruir o País. Referiu ainda que ao contrário do que aconteceu na Revolução dos Cravos, com o fim da União Soviética, o KGB continua no Poder estando o destino do planeta nas mãos do Presidente Chinês por comprar o Petróleo e o Gás à Rússia.-----

-----O Sr. David Roque (BE) refere que faz todo o sentido admitir que tenhamos uma crise emergente já vinda da pandemia. Lembrou que há sempre alguém que lucre com as crises. Referiu que devem existir medidas e que os lucros extraordinários deverão ser taxados.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que já havia inflação antes da guerra e que no mês de Agosto houve bastantes lucros e que se deve discutir o assunto noutra momento.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Moção que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	2	0	0	1	3
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	3	0	2	1	0	22

-----**DELIBERAÇÃO N.º 147/AM/2022:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-

-----Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto do Grupo Municipal da LCF:

“Consideramos que o Estado Central deve continuar a adotar medidas que visem compensar os contribuintes pelo aumento do custo de vida dada a inflação galopante que em alguns produtos chega a atingir mais de 70%. Deve também, extraordinariamente, manter algum controle sobre o galopante aumento dos preços em alguns setores como o dos recursos energéticos, gás e eletricidade. Eventualmente poderá também taxar os lucros excessivos resultantes desta conjuntura de crise apenas para alguns. Contudo, discordamos inequivocamente que se apontem estas medidas apenas para o setor privado quando o setor público do Estado tem arrecadado sensivelmente mais de 20% em impostos diretos e indiretos neste contexto de crise marcado pela subida da inflação, relativamente ao período homólogo de 2021. Neste



Fl. 134v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

sentido, esta proposta é ideologicamente questionável, claramente discriminatória e redutora quanto à forma como o problema é apresentado. Deveria apelar essencialmente ao Estado Central que canalizasse o excedente de receitas, incluindo o produto da taxaço dos lucros excessivos, para as compensações aos cidadãos e contribuintes singulares e pequenas e médias empresas, como forma de minimizar as dificuldades e facilitar a sustentabilidade das empresas e famílias portuguesas, já que ao Estado não cabe ter lucros mas apenas receitas que devem ser geridas em prol dos que mais precisam.”-----

-----Foi apresentado a Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Congratulação pelo Grupo Municipal do PS: “A Assembleia Municipal de Lagos congratula-se pela retoma da atividade turística e económica, incentiva as forças vivas, empresários, trabalhadores e população em geral, do concelho de Lagos a continuarem o bom trabalho, apesar dos desafios e dificuldades que ainda se avizinham para 2023. Por parte da autarquia lacobrigense, reconhece-se o esforço de retoma das atividades de animação e culturais da época alta de 2022. Salientam-se os espetáculos musicais com artistas de renome nacional, comemorações e grandes eventos culturais, tais como: a) TIA Torneio Internacional do Algarve de Hóquei em Patins; b) Lagos Cup de vela; c) Prova Internacional de Vela GC32 Racing Tour; d) 31.ª Edição da Regata dos Portos dos Descobrimentos – Lagos / Palos de la Frontera; e) Comemoração do Centenário do Comboio em Lagos e a Exposição evocativa “Lagos a última paragem”; a) 33.ª Edição da Feira Concurso Arte Doce (a mais visitada de sempre); b) Comemoração do Dia Mundial dos Avós; c) 3.ª Edição do Drive In Lagos; d) 1.ª Edição do Lagos World Music Fest; e) Taça de Portugal de Pétanca de 2022; f) 31.ª Corrida Baía de Lagos; g) Feira do Livro de Lagos; h) Lagos Boat Festival; i) Festa do Banho de 29 em Lagos e na Vila da Luz; j) 18.ª Edição da FETAAL - Feira de Tradições e Artes do Algarve em Bensafrim; k) Festival de Folclore de Odiáxere; l) Animação de Rua da Freguesia de São Gonçalo de Lagos; m) Exposição Evocativa do Bicentenário da Independência do Brasil e do Centenário da 1.ª Travessia Aérea do Atlântico Sul; n) Lagos Nights Out/Noites do Cais; o) Edição do Fado Fest; p) 20.ª Edição do Festival de Flamenco, q) Semana Europeia da Mobilidade; r) 12.ª Rota do Petisco. A Câmara Municipal de Lagos e as freguesias do concelho deram o seu contributo relevante para a retoma da normalidade, passadas que foram as restrições provocadas pela pandemia da doença Covid19 e, ao longo do corrente ano, pela guerra na Ucrânia, cujos efeitos económicos afetam, sobretudo, as economias mais frágeis. Por outro lado, verificou-se a recuperação da atividade turística na região, sendo que, segundo a AHETA-Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, foi alcançada a taxa de ocupação/quarto de 93,1% em agosto de 2022, superando os números homólogos de 2019 (considerado então o melhor ano turístico de sempre). Segundo a mesma entidade, por zonas geográficas, as maiores subidas ocorreram nas zonas Lagos/Sagres (+3,2pp), Tavira (+1,8pp) e Carvoeiro/Armação de Pera (+1,0pp). Nem tudo está bem, há assuntos prementes a ser resolvidos, tais como a regularidade futura do abastecimento de água, para a qual está previsto um importante investimento público para a dessalinização de água para abastecimento da região algarvia. Por sua vez, está previsto na Lei do



Orçamento de Estado de 2022 o início do processo para a construção do novo Hospital Central do Algarve. Já está contratualizada e em obra a requalificação/eletificação da linha ferroviária do Algarve, situações que qualificam e tornam mais competitiva a nossa região. Merecem público reconhecimento pelos resultados alcançados no verão de 2022. Pelos políticos eleitos de Lagos na Assembleia Municipal, a Câmara Municipal de Lagos, a Junta de Freguesia de S, Gonçalo de Lagos, a Junta de Freguesia de Odiáxere, a Junta de Freguesia da Luz, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, as instituições do concelho, os comerciantes e empresas, os trabalhadores, os moradores, portugueses e estrangeiros, incentivando-se todos a continuar o bom trabalho nestes tempos difíceis que atravessamos, com esperança num futuro melhor. Remeta-se aos Órgãos de Comunicação Social.”-----

-----Não havendo intervenções, colocou-se à votação do Voto de Congratulação do Grupo Municipal do PS, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	2	0	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	3	0	2	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 148/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por maioria, a seguinte Voto de Congratulação apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----O Grupo Municipal Singular CHEGA fez a seguinte Declaração de Voto: “O Partido CHEGA reconheceu e reconhece o esforço acrescido de toda a comunidade durante estes períodos de pandemia, mas não acompanha este voto de auto congratulação aos políticos locais e aos órgãos eleitos por uma aparente retoma económica. Em termos económicos, o facto de termos assistido à mais animada época turística de que há registo não implica uma real ou sustentada retoma económica, quanto muito espelha uma correção por excesso de um período extenso de contenção do público. E se pudemos assistir a uma mais animada época turística, quem merece ser congratulado não serão certamente os políticos do nosso concelho mas sim os agentes locais que sofreram as consequências de um país e de um mundo impreparado para uma pandemia, e que, tendo sobrevivido, agora conseguem recuperar uma pequena parte desse prejuízo.”-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, as seguintes Saudações pelo Grupo Municipal da CDU: O Dia Internacional para a eliminação total das armas nucleares criados pela Assembleia Geral da ONU em 2013 assinala-se no dia vinte e seis de setembro, este dia tem como objetivo proibir a produção ou a aquisição, teste, armazenamento, uso ou ameaças de uso bem como a destruição de armamento nuclear lembrando que no dia dezassete de julho de 2017 foi adotado o tratado de proibição de uso das armas nucleares pela conferência das Nações Unidas para negociar um instrumento para que legalmente vinculativo que proibia as armas nucleares levando à sua destruição total, assinado pelos 122 países e aberto à retificação pelos vários países e que até agora só foi retificado por sessenta e dois



Fl. 135v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

países. Portugal como membro da ONU e em respeito pela Constituição Portuguesa deve posicionar-se em defesa da Paz e pugnar pela eliminação do uso das armas nucleares que até à data desta Assembleia ainda não promoveu a sua retificação. Também em 2017, foi atribuído o prémio Nobel da Paz à campanha internacional para a abolição das armas nucleares. O Grupo Municipal da CDU saúda que muito contribui para a eliminação das armas e da sua proliferação e o desarmamento geral das armas nucleares. No dia um de outubro assinala-se o dia Internacional da Pessoa idosa instituído pela ONU em 1991 e tem como objetivo sensibilizar a sociedade para estas questões, segundo dados do EUROSTAT será um dos maiores países da União Europeia com a maior taxa de idosos e menor percentagem de população ativa em 2050 e que o INE também prevê que um terço da população portuguesa seja idosa e quase um milhão de pessoas tenha mais de oitenta anos, o Grupo Municipal da CDU saúda todos os idosos do Concelho manifestando-lhes a mais viva solidariedade e salienta a importância de uma integração social no âmbito do acesso à Cultura, Desporto, Lazer e ao contribuir para o envolvimento ativo para a pessoa idosa.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) apresentou a seguinte saudação: “Foi comemorado a 15 de setembro o Dia Mundial da Democracia que é um momento de reflexão sobre a realidade política e mundial marcada pela de origem e manutenção de conflitos que acabam por ameaçar toda a democracia, esta data foi criada como forma de lembrar a declaração internacional da democracia que foi assinada no dia 15 de setembro de 1997 por representantes de 128 países. Com os recentes acontecimentos relacionadas com a emergência de forças de extrema direita no coração da União Europeia ou a invasão da Ucrânia, um país democrático e soberano, podemos perceber que nada podemos dar como adquirido, especialmente o modo de vida que tanto empenho e dedicação que requerem dos cidadãos que valorizam a solidariedade e o respeito pela cidadania. Neste Dia Mundial da Democracia celebramos algo mais do que um sistema político, a liberdade da condição humana, os direitos humanos e o desenvolvimento civilizacional. Celebramos a necessidade do desenvolvimento da inclusão, liberdade tratamento igualitário entre todos os indivíduos, a paz e o desenvolvimento sustentável. A democracia é um ideal de Igualdade, Dignidade e de Respeito Mútuo pela pessoa humana como consta do Ato Constitutivo da UNESCO, posto isto o Grupo Municipal da Lagos com Futuro não poderia deixar passar este dia sem saudar este dia.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 17 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 37 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----**DELIBERAÇÃO N.º 149/AM/2022:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este



Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-656-27.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, durante as épocas balneares, tem sido observada uma perda sucessiva de Bandeiras Azuis nas praias do Município. Mencionou que diversas praias foram interditadas e que é realmente necessário que a ETAR receba obras, pois algumas descargas estão sendo feitas na ribeira, provocando mau cheiro. Também destacou problemas na sinalização de alguns aquíferos do Município. Referiu ainda que o porto esteve condicionado durante algum tempo devido ao assoreamento da barra, o que causou prejuízos ao Município, mas ninguém assume as responsabilidades. Enfatizou que não se pode aceitar o mau cheiro, pois o ecossistema está a ressentir-se, e afirmou que é necessária uma maior responsabilidade por parte do Município e das Entidades Oficiais, que devem corresponder. Questionou o que o Município está a fazer junto das entidades oficiais para resolver essa situação. -----

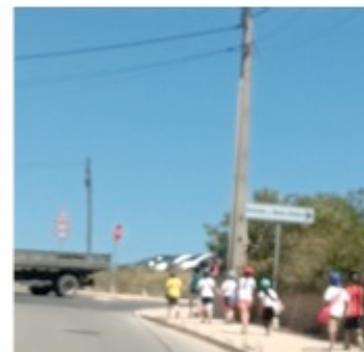
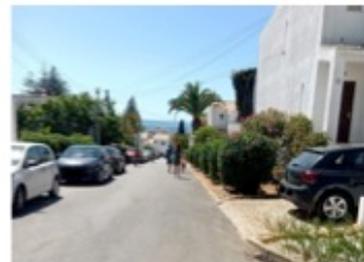
-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que os utentes da Rua do Ramalhete estão a ser prejudicados pela demora nas obras, não se compreendendo a inércia sobre o assunto apresentado pelo Sr. Joaquim Negrão durante o período de intervenção do público. Relativamente à Praia da Luz, informou que não entende o motivo de, em locais onde deveriam existir passeios para as pessoas circularem, estarem arbustos. Quanto ao Centro Escolar da Luz, lembrou que já foi aprovada na Assembleia Municipal a colocação de passadeiras para garantir que os alunos atravessassem a rua com segurança. Mencionou ainda que, na rua 25 de Abril, houve um pedestre que foi atropelado, e, apesar da sinalização existente, os veículos continuam a passar a alta velocidade, representando um perigo para todos. Referiu que os utentes da Rua do Ramalhete estão a ser prejudicados pelas obras não avançarem não se entendendo a inércia sobre o assunto apresentado pelo Sr. Joaquim Negrão durante o período de intervenção do público, relativamente à Praia da Luz informa que não se compreende o porquê de, onde deveriam estar passeios para as pessoas circularem, estarem arbustos. Quanto ao Centro Escolar da Luz lembrou que anteriormente já foi aprovada na Assembleia Municipal a colocação de passadeiras para que os alunos passem sem perigosidade de atravessarem a rua e referiu que nas paragens. Informou ainda que houve um peão que já foi atropelado por um veículo na rua 25 de abril que, apesar da sinalização existente, os veículos continuam a passar naquela rua sendo um perigo para todos.-----

-----Durante esta intervenção houve a apresentação dos seguintes diapositivos:



Fl. 136v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS





-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou sobre a calendarização da discussão pública do PDM, a avaliação do arranque do Ano Letivo de 2022/2023 em termos globais, e também sobre as empreitadas do Canil e Gatil de Lagos, bem como da casa do guarda da Mata Nacional de Barão de São João, questionando se estas obras incluirão a implementação de painéis solares. Ainda, referiu que subscreviam integralmente o que foi mencionado pelo Membro da Assembleia da LCF, e perguntou quando serão realizadas obras de condutas na zona de S. Sebastião, além de questionar sobre a taxa de execução orçamental.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) questionou sobre quais os projetos que irão ser postos em prática e quantas bolsas de estudo serão entregues pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) elogiou o Município pela retoma pós-pandemia mas que neste verão perderam-se vários galardões nas várias praias apesar dos diferentes discursos questionando quando teremos os fogos prometidos para se entregar às pessoas.-----

-----A Sra. Amélia Paiva (LCF) questionou sobre a empreitada para o canil e gatil de Lagos e se iriam ser construídas mais celas para gatos uma vez que a informação não refere este aspeto.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, tem estado à espera de uma resposta demorada, especialmente por parte das Águas do Algarve. Ressaltou que a requalificação da ETAR deveria ter sido feita há mais de quinze anos, mas, por vários motivos, não foi possível realizá-la antes. No entanto, está prevista para começar entre este e o próximo mês. Também estava prevista a vinda do Ministro do Ambiente para visitar as várias medidas implementadas pelo Município na área da poupança de água, que têm sido reconhecidas em todo o país como exemplo. A visita incluirá as obras da ETAR em andamento, que estão a resolver problemas relacionados com as bandeiras azuis e as praias interditas, causados por



Fl. 137v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

introduções salinas. Ele acredita que, com as intervenções, será possível resolver algumas dessas questões, já que existem ligações de saneamento previstas que contribuirão para a redução das intrusões salinas, uma vez que, em algumas zonas, as infraestruturas estão abaixo do nível do mar, facilitando esses problemas. Sobre as praias interditas, o Sr. Presidente mencionou que o Ministério do Ambiente é o primeiro responsável por identificar as causas, monitorizar a situação e tomar as medidas necessárias para resolvê-las. Quanto às paragens de autocarro, foi informado que foi aberto um concurso público para este assunto, que já tinha sido discutido nesta Assembleia, e que algumas paragens já podem ser vistas em zonas da cidade. Relativamente aos acessos ao centro histórico, o Sr. Presidente explicou que existe um projeto e um estudo prévio em andamento, com a intenção de avançar com um estudo mais aprofundado para definir o projeto completo. Sobre as passeadeiras do Centro Escolar da Luz, foi informado que na praia da Luz falta apenas pintar a passeadeira, sendo também necessário verificar os estudos para definir a fronteira entre o espaço público e privado, de modo a possibilitar a construção do passeio e a instalação da passeadeira. No que diz respeito ao Ramalhete, o projeto não foi esquecido e passou por uma reavaliação para garantir que está pronto para a abertura do procedimento necessário à sua intervenção, que não é simples. Em relação ao PDM, foi mencionado que uma reunião de Câmara está prevista para o dia 6 de outubro de 2022, e que o PDM já foi analisado pela CCDR, estando em fase de adaptação para ser apresentado à reunião e submetido à discussão pública durante o mês de outubro. Quanto às empreitadas, foi explicado que os painéis solares serão colocados caso se verifique a viabilidade do investimento. A taxa de execução orçamental é de 14%, com a retoma de algumas obras após o período de verão, e espera-se que esse número aumente em breve. O Sr. Presidente ainda informou que as obras na Chesgal já estão em concurso público, e que em Sargaçal e Bensafrim as obras estão quase concluídas. Sobre o orçamento, garantiu que os planos estão em curso e que o objetivo é ter uma folga orçamental para apoio à família.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Paulo Jorge, refere que a ETAR estava obsoleta desde o primeiro dia e que qualquer anomalia é reportada à APA, tanto em relação às descargas de água como ao saneamento. Informou que, desde o início do mês de setembro, estão a decorrer obras nos descarregadores de tempestade, com o objetivo de evitar a intrusão salina, bem como de controlar as descargas da ETAR em 2023, de modo a evitar que águas salinizadas entrem nos esgotos domésticos e cheguem ao afluente da ETAR para tratamento. O Sr. Vice-Presidente explicou ainda que está a ser feito trabalho com os descarregadores de tempestade, que têm uma quota definida, e que, para aumentar essa quota, será necessária uma intervenção na Avenida dos Descobrimentos, permitindo que os descarregadores possam ser elevados. Também serão criadas novas condutas para servir as zonas mais críticas do concelho.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Lagos, Sara Coelho, referiu que, durante a preparação do Ano Letivo, foi garantido que, durante as férias de verão, as escolas pudessem contar com o número suficiente de funcionários, para que o rácio de Assistentes Operacionais nas escolas do concelho fosse superior, garantindo assim



que o Ano Letivo tivesse o número adequado de profissionais em todas as escolas, sendo realizado um novo concurso para a contratação desses profissionais. Informou ainda que, após algumas semanas de aulas, com base no cálculo do ano anterior, verificou-se um aumento de 300 refeições escolares por dia, acreditando que, em parte, isso se deva à melhoria da qualidade das refeições, embora não saiba qual foi o impacto dessa melhoria. Mencionou também que não houve sinais de necessidade de ajustamento nas escolas primárias e, na Escola Secundária Gil Eanes, foi construído um pavilhão para a Mecatrónica Automóvel, que entrará em funcionamento muito em breve. Sobre as AEC's, informou que iriam começar mais cedo e que todas as escolas já têm quadros interativos. Em relação à colocação de professores, informou que o Município tem conhecimento da situação, mas que não tem tido oportunidade de intervir diretamente. Caso haja necessidade de alojamento para os professores, essa possibilidade será considerada, embora até o momento nada tenha sido solicitado. Relatou ainda que o arranque do Ano Letivo está a decorrer bem. Sobre as bolsas de estudo, afirmou que existe um limite de bolsas e que têm sido atribuídas a todos os alunos que cumprem os critérios. No ano passado, foram atribuídas 121 bolsas, e no momento estão abertas as candidaturas para o presente ano. Relativamente ao Canil/Gatil, explicou que estão a ser realizadas apenas pequenas obras, sem a previsão de ampliação neste momento.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) questionou o motivo pelo qual, durante a abertura da Estrada da Meia-Praia, não foram construídos abrigos adequados para o conforto dos passageiros. Sobre a Rua 25 de Abril, informou que foi proposto um programa temporário para que o trânsito não circulasse nessa rua. Relativamente à Rua do Ramalhete, lembrou que há mais de vinte anos enfrentam o mesmo problema e que até hoje nada foi feito para resolver a situação. Sobre a ciclovia, questionou a coerência nas estruturas e destacou que a ciclovia ainda não foi construída de maneira a garantir a segurança dos ciclistas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou sobre as tampas de saneamento que não estão colocadas corretamente em vários locais da cidade.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, em relação à ETAR, o que está a acontecer no Município, devido a uma entidade pública, não deveria ser permitido, considerando que a ETAR necessita de obras desde 1997. Além disso, mencionou a falta de habitação, entre outras questões.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) comentou que, quando o Sr. Ministro do Ambiente vier a Lagos, seria importante que ele destacasse as medidas de poupança de água, além de sublinhar que os agricultores estão sendo bastante prejudicados. Em relação à habitação, afirmou que não se está a perceber a gravidade do problema e questionou se o excedente de 43.000.000,00€ (quarenta e três milhões de euros) não poderia ser aplicado para resolver essa situação em Lagos. Mencionou ainda que, em outros Municípios, os planos foram revistos para tentar resolver este problema.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) lembrou que durante a gestão do PSD não havia parques infantis, pista de atletismo, piscinas entre outras.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) respondeu que nesse tempo do PSD já existiam



Fl. 138v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

as refeições escolares, parques infantis, diversos protocolos entre outros e que desde a mudança de gestão, o pré-escolar tem estado a marcar passo.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), referiu que, na Escola dos Bombeiros, só havia aulas durante a parte da manhã, pois os alunos precisavam ir almoçar a casa. Além disso, mencionou que havia apenas um parque infantil na marina, que atualmente é privado, está degradado e não tem qualquer solução prevista.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que a Câmara Municipal iria ter excepcionalmente mais cinco minutos porque foram colocadas questões que, atendendo ao volume e à sua importância, devem ter uma resposta, e que os tempos dos restantes partidos iriam ser duplicados, caso pretendessem intervir.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) esclareceu que o mercado de Odiáxere iria agora para obras, e que a junta de freguesia de São Gonçalo de Lagos tem feito muito pouco.---

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, Maria Joaquina Matos, referiu que se estava a assinalar o primeiro ano da eleição autárquica, uma decisão tomada pelos lacobrigenses, destacando a dedicação da Câmara. Atendendo ao fato de que foram levantadas muitas questões que ainda não foram esclarecidas, foi dada a oportunidade ao presidente para as esclarecer.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, referiu que há um ano foram realizadas as eleições e que irão cumprir os compromissos assumidos, explicando que a ciclovia e a ecovia já estão em concurso público. Mencionou ainda que os diversos fogos de habitação estão detalhados no documento e que, caso haja algum desvio, este será devidamente justificado.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações foram tomadas no decorrer da presente Reunião, com a exceção das que foram tomadas por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 3 de outubro de 2022, às 20.30 horas, hora regimental, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no Ponto 2 da Ordem do Dia, declarou encerrada a Reunião, eram 0 horas e 1 minuto, da madrugada do dia 27 de setembro de 2022, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....
.....